

SABERES GUERREIROS DE ÍNDIOS E PORTUGUESES NA FORMAÇÃO DO BRASIL

*João Marinho dos Santos**
chsc@ci.uc.pt

RESUMO: Pese embora o surpreendente conjunto de inovações que se verificou na arte da guerra europeia na passagem da Idade Média para a Moderna, em sintonia com a evolução económica favorável, não se assistiu porém então a um surto científico. O saber, neste como em outros domínios, manteve-se muito mais prático do que teórico. Os Portugueses descobridores e conquistadores também não escaparam ao desígnio de uma notória submissão à mãe-natureza e, por tal, as práticas guerreiras, em muitos casos, afins das que eram usadas pelos ditos “selvagens”, em particular pelos Índios do actual litoral brasileiro. Contudo, os saberes e os meios técnicos dos europeus (incluindo os dos franceses concorrentes) levavam, obviamente, vantagem aos dos Índios. Enfim, como faziam uns e outros a guerra no período inicial da formação do Brasil?

PALAVRAS-CHAVE: Comportamentos; Tecnologias; Saberes

1. A obra monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil intitulada *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (3 vols., Porto, Litografia Nacional, 1921, 1923 e 1924) designa o período histórico que decorreu entre 1521 e 1580 como “A Idade Média Brasileira”. Tal período abrange, fundamentalmente, os reinados de D. João III e de seu neto D. Sebastião.

Quanto ao tema, será nosso objectivo, com este estudo, tentar responder, não tanto à questão por que fizeram a guerra os homens (índios, portugueses e outros europeus, particularmente franceses) que disputaram, então, o actual território brasileiro, mas mais como (com que meios técnicos e saberes) a fizeram.

2. Assim, invoque-se o princípio lógico que, individual e colectivamente, o potencial dos guerreiros é tanto maior quanto mais numerosas, diversificadas e eficazes forem as armas disponíveis, dependendo esta disponibilidade da capacidade da sociedade a que se pertence para criar riqueza, quer através da produção de bens, quer das trocas, quer mesmo do saque e de outras formas de apropriação menos regulares.

*Doutor em História. Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra é ainda Investigador e Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura da mesma.

Noutra perspectiva, invoque-se ainda que, sendo a guerra um conflito armado de duplo sentido (ofensivo e defensivo), o leque mais ou menos diversificado do armamento tem de satisfazer esta bifuncionalidade. No caso em análise, Fr. Vicente do Salvador, no capítulo XVI do Livro I da sua *História do Brasil 1500-1627*, regista o uso, por parte dos índios, de armas ofensivas e defensivas, a saber: arcos e flechas, azagaias e espadas ou bastões de paus tostados, paveses e rodela ou escudos (Fr. Vicente do Salvador, *Do modo de guerrear do gentio do Brasil*, pp. 93-94). Apoiara-se, mais directamente, em Gabriel Soares de Sousa, no seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, o qual observara que os arqueiros tupinambás utilizavam «pavêses que fazem de um pau mole e muito leve» e alguns levavam «além disto uma espada de pau a tiracolo». Especificara o mesmo autor que estas espadas ou bastões eram «à feição de arroschos com uma quina por uma ponta, com que da primeira pancada que dão na cabeça do contrário, lha fazem em pedaços» (Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil*, [1587], pp.320-321). Recuando temporalmente no que concerne a esta informação, um irmão de Martim Afonso de Sousa, Pero Lopes de Sousa, autor de um *Diário* da expedição que entre 1530-1533 aquele comandara ao litoral brasileiro, haverá de referir o arco, a azagaia de pau tostado e as «porras de pau, do tamanho de um côvado» como as armas mais vulgares dos índios brasileiros (*Diário da Navegação de Pêro Lopes de Sousa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, p. 96). Armas simples, inequivocamente, e sem aparente propósito para fazer a guerra. Com efeito, as ferramentas do dia-a-dia (como uma enxada, uma forquilha ou um arco com flechas) podem ser instrumentos de combate nas sociedades mais “pobres” (entenda-se em necessidades e meios), enquanto nas sociedades mais ricas e tecnicamente evoluídas predominam as armas especializadas.

Contudo, o arco de madeira com a flecha pode ser considerado como a primeira máquina-armada, pois logrou transformar a energia muscular em energia mecânica com capacidade para matar à distância quer o animal (mamífero, peixe ou ave), quer o homem. Surgiu no Neolítico e alterou, profundamente, a relação do homem com a natureza, incluindo, como se disse, a natureza humana. Passou a integrar, para efeitos de sistematização do armamento, a categoria das armas neurobalísticas, já que, fundamentalmente, a força muscular humana distende uma vara, accionada por uma corda, e logra imprimir maior velocidade e mais força ao projectil do que se ele fosse disparado só manualmente. Na categoria das armas neurobalísticas entra, igualmente, a besta provida de coronha, para apoio no ombro, e de orifício para introdução da flecha,

o que lhe confere maior precisão de tiro. Contudo, logicamente, a sua cadência de disparo é menor.

As armas pirobalísticas, ou seja, as que lançam projecteis accionados pela explosão da pólvora eram, mesmo já no período que estamos a considerar, mais completas e eficazes, sendo naturalmente mais caras e raras. Não destronaram, contudo, as neurobalísticas, antes se associaram a elas. Concretizemos com esta informação colhida no já citado *Diário da Navegação de Pêro Lopes de Sousa*: a 1 de Setembro de 1531, partiram, da ilha de Cananeia, 40 besteiros e 40 espingardeiros a descobrir terras próximas. E, já antes, numa carta patente do rei Francisco I, de França, datada de 6 de Setembro de 1528, criticando certos actos da expedição que entre 1516-1519 teve por destino o Brasil e fora comandada por Cristóvão Jacques, se reporta que alguns corsários franceses foram mortos às setadas e a tiros de espingarda (*História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, pp. 74-76). Especificará, ainda, a referida carta patente que, durante a contenda, a armada portuguesa atirara «todo o dia muitos tiros de artilharia».

3. Assinale-se, a propósito, o impressionante potencial de fogo e a grande mobilidade da armada portuguesa já em começos do século XVI, mostrando-se assim positivamente diferente das embarcações tripuladas por corsários e piratas, mesmo que fossem franceses. Com efeito, na Europa e particularmente em Portugal, a transição da Idade Média para a Idade Moderna ficou assinalada, militarmente, pela divulgação das armas de fogo. Mais, até começos do século XIX, as espingardas e os canhões, ou seja, as armas pirobalísticas serão as principais (logo, as mais eficazes) armas-máquinas. Concretizemos um pouco esta inovação: após a conquista de Ceuta (1415), os portugueses passaram a defender-se dos mouros, utilizando, sobretudo, a besta e o “trom ou bombardinha”, sendo esta, inicialmente, um engenho de peças acopladas e de fabrico artesanal, que disparava pelouros de pedra. Em finais do século XV, já eram utilizadas peças únicas de ferro forjado, ou canhões inteiriços, usando também projecteis de ferro, as quais funcionalmente se associavam aos “pedreiros”, porquanto os canhões procuravam o derrube do alvo e os pedreiros a deflagração. Quanto à eficácia, efectiva e dissuasora, da artilharia, poderemos documentar com esta passagem de uma carta, de 23 de Outubro de 1514, do Governador da Índia, Afonso de Albuquerque, para D. Manuel: «E asy Senhor, beijarey as mãos de vos' alteza mandarnos hũa duzia de carretas de artelharia de campo, porque nos vêm [vêm] estes cães

destes mouros tam poucos, que nos vam perdendo ho medo e a vergonha, e achegam-se muy bem a nos...» (p. 297) *ucidam*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa e Imprensa Nacional, vol. I, p. 297).

4. Não iremos referir, ainda que sumariamente, a diversidade e a evolução tecnológica por que passaram as armas (“peças”) ligeiras e pesadas da artilharia, com relevo para a decisiva contribuição que foi o uso do bronze. Porém, no que concerne à divulgação e à eficácia da espingarda como arma de uso individual do guerreiro, e tendo em conta os saberes quinhentistas, lembraremos que o autor português anónimo de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* (obra redigida em 1577) reservará um capítulo versando: o tamanho do pelouro da espingarda (folgado o suficiente para ficar em contacto com a pólvora no momento da explosão, mas de modo a não rebentar o cano); a vantagem do uso do frasco ou do corno de pólvora em detrimento do “cinto de cargas”; o manejo do murrão para incendiar a pólvora; a atitude mais conveniente para o espingardeiro não desperdiçar tiro; o modo de preservar a espingarda quando inactiva... Enfim, opinava que «a principal parte do primor dos soldados consiste em ser destro na espingarda»¹.

5. Além da importância tecnológica das armas de fogo, algumas de uso individual (como a espingarda e, depois, o arcabuz e o mosquete) e outras de uso colectivo (como a diversa artilharia embarcada ou a “armada”), os portugueses conquistadores, sendo por norma poucos, logravam resistir e até expandir o seu domínio recorrendo a outro equipamento bélico – a artilharia de sítio ou a fortaleza. Este equipamento, quando localizado em espaços litorâneos (e esta era uma das regras para o seu estabelecimento), deveria andar associado a uma pequena armada, o que concorria para reforçar a sua capacidade defensiva e ofensiva. Mas, mesmo sem armada adstrita, a resistência do forte ou da fortaleza dilatava-se, física e mais ainda psicologicamente, com a possibilidade ou a expectativa de vir a ser recebido auxílio externo em caso de cerco. Daí ser extremamente importante a escolha do sítio e, quanto à funcionalidade e à finalidade, convinha à Coroa/Estado instalar fortalezas-feitorias, ou seja, equipamentos bélicos e comerciais para a apropriação de riqueza. Não faltarão, pois, os regimentos ou regulamentos a estabelecer normas que, naturalmente, tinham em vista construções funcionais definitivas e caras, já que a fortaleza-feitoria ideal deveria ser uma “cidadela”, isto é, uma pequena cidade.

Diferente, mas visando igualmente a dominação rápida do espaço e a resistência, era o uso do palanque ou do castelo de madeira, montável e que já poderia vir preparado do Reino. O palanque, defensivo e ofensivo (insistimos), encontra alguma analogia, na funcionalidade, com a “caixa” ou cerca móvel dos tupinambás. Estes, quando não utilizavam a surpresa, aproximavam-se do inimigo dentro destas “caixas”, podendo arremeter assim de distâncias muito curtas (Fr. Vicente do Salvador, *Do modo de guerrear do gentio do Brasil*, pp. 93-94).

A fundação do Rio de Janeiro, em 1565, já se processa com a participação de baluartes de taipa por parte dos portugueses. Efectivamente, o *Diário da Navegação de Pêro Lopes de Sousa* regista que, entre 30 de Abril e 1 de Agosto de 1531, foi feita «ũa casa forte com cerca por derredor», precisamente dentro da enseada do Rio de Janeiro (*Diário da Navegação de Pêro Lopes de Sousa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, [1968], p. 58). Naturalmente, outras obras de arte fortificadas irão surgir, no litoral brasileiro, ao longo da era de Quinhentos.

Por sua vez, numa carta da Câmara de S. Paulo de Piratininga para a regente D.^a Catarina, datada de 20 de Maio de 1561, pode ler-se a respeito das fortificações dos índios que habitavam a capitania de São Vicente: «[...] e já a este tempo os [índios tamoios] contrayros sabyão de nossa ida [para os guerrear], por escravos de christãos que avião tomado, e se avyão feito tão fortes que hé cousa de espanto, [...], porque tynhão muytas casas com quatro cercas muito fortes ao redor, à maneyra de muros como se forão [de] branquos...» (*Monumenta Brasiliae*, vol. III, [1958], pp. 342-347). Assinale-se, porém, que, para erguer estas fortificações, os tamoios contavam com o apoio dos franceses.

6. Tal apoio também se evidenciava nas investidas que alguns índios faziam, por via marítima e fluvial, aos estabelecimentos portugueses que iam surgindo no litoral brasileiro. Concretamente, no ataque que índios tamoios e topinaquis desferiram à vila de S. Paulo, em 1564, eles deslocaram-se em canoas remadas por cerca de 40 homens em pé, enquanto outros iam desferindo frechadas. Esta prática fora já observada por Pero Lopes de Sousa, quando, segundo o seu *Diário*, viu pelejarem, no meio do rio da Baía de Todos os Santos e no dia 13 de Maio de 1531, «50 almadias de ãa banda e 50 da outra [...] e pelejaram desde o meo-dia até o sol posto» (*Diário da Navegação de Pêro Lopes de Sousa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, [1968], p. 48). Por terra e por mar,

foram organizados, igualmente, ataques (com o auxílio francês), por esta altura, às vilas de S. Vicente e de Santos².

7. Além de outros condicionalismos limitativos do uso de certas técnicas militares na era de Quinhentos, pensamos que o planalto litorâneo brasileiro não era adequado à utilização da cavalaria, pelo que não vamos abordar as potencialidades (e as fragilidades) desta arma, designadamente quanto ao papel do cavaleiro-besteiro e do cavaleiro-espingardeiro.

8. Passamos, sim, a considerar alguns aspectos da designada “guerra auxiliar”, principiando por lembrar que quase todos os exércitos regulares tendem a recrutar tropas irregulares, muitas vezes mobilizando representantes dos povos que vão submetendo. A colonização do Brasil não fugiu à regra. Assim, enquanto alguns grupos de índios reagiam negativamente à usurpação territorial por parte de alógenos europeus (onde se incluíam, naturalmente, os portugueses), outros, sujeitos a uma aculturação em que a missionação se distinguiu, iam colaborando com os invasores brancos. Além de outros exemplos possíveis, demos este: na fundação de S. Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, se é verdade que Estácio de Sá (sobrinho do Governador Mem de Sá e comandante da força portuguesa) morre varado por uma flecha disparada por índios resistentes, outros já lutam ao lado dos portugueses. Chegam a formar-se “companhias de frecheiros”, como auxiliares de guerra dos brancos, mas também os negros e mulatos irão desempenhar esta função. Prossigamos.

9. A guerra é a única actividade humana em que as mulheres (com excepções insignificantes) sempre se mantiveram nas margens, funcionando portanto mais como cooperantes dos guerreiros. Nas sociedades ditas primitivas e até nas medievais cortesões (ou seja, sob a influência cultural e civilizacional das cortes), as mulheres eram dadas como troféus aos combatentes, eram disputadas e eram usadas como provocadoras das virtudes guerreiras. Tenha-se em conta, concretamente, a temática das cantigas trovadorescas e do teatro Vicentino (de Gil Vicente) em Portugal ou a questão da troca de mulheres, casadoiras, entre aldeias índias no Brasil. Tais trocas, a par da disputa da terra (o principal recurso de sobrevivência nas sociedades de caçadores, pastores e sobretudo de camponeses), concorriam para gerar confrontos guerreiros.

Regressando, porém, ao papel auxiliar das mulheres nas guerras entre índios, sabe-se que elas tinham participação no domínio da logística. Concretamente, as mulheres dos “principais” (chefes) dos tupinambás encarregavam-se do transporte das redes e da “farinha de mandioca” (também conhecida por “farinha de guerra”) dos seus homens. Já os guerreiros comuns transportavam eles próprios a rede e a farinha. (SOUSA, 1587, pp.320-321).

10. A destreza no uso das armas, os conhecimentos de ordem estratégica e tática para o combate guerreiro adquirem-se ou aperfeiçoam-se, principalmente, com a instrução e com a experiência acumulada. Não vamos desenvolver este assunto, mas não deixa de ser curioso registrar que os tupinambás, quando combatiam em campo aberto, estavam em mobilidade contínua, com os frecheiros dando saltos enquanto iam disparando os arcos. Eis o exemplo de uma prática ou tática testada eficazmente em termos defensivos e ofensivos e transmitida sob a forma de saber ou de “costume” bélico. No caso dos europeus, em particular dos portugueses, a teorização das práticas ou a definição dos princípios guerreiros já está vazada em obras doutrinárias quatrocentistas e quinhentistas, de que é exemplo *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*. Analisemo-la muito sumariamente.

Considerando a guerra como um elemento estruturante do crédito da Nação e do Estado português, não surpreenderá que o seu redactor (anónimo) procurasse lembrar quais os princípios militares básicos, já que, conforme observará, «muitos seguem a guerra, [mas] poucos a entendem» (*Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, fol. 48). Relevará, concretamente e por esta ordem, os seguintes: eleger comandantes ou chefes militares experientes (que não apenas “lidos” ou sabedores), prudentes (que soubessem medir as situações e tomassem conselho) e sofredores. Além destas qualidades, exigidas aos capitães ou comandantes, requeria-se a todo e qualquer guerreiro esforço e empenho, obediência (sem a qual «toda a guerra será hã confusão»), sentido da ordem («que poucos com ordem e bom conselho são aptos para vencer») e observância do segredo militar. E adiantava, ainda, que, se o soldado (o bom soldado) tinha na honra o principal galardão, nem por isso o serviço militar deveria ficar sem recompensa ou reconhecimento, aconselhando que o capitão aos «bons soldados favoreça, aos inquietos, mal acostumados, ou covardes, reprehenda». No domínio das condutas, o soldado português deveria ser piedoso (a «crueldade he contraira à piedade,

clémencia, humanidade, e inimiga de toda a honra»), corajoso e esforçado, submisso e não avesso à sublevação, obediente e ordenado, solidário e não ganancioso.

Também entre os índios a guerra concorria para a honra individual. Gabriel Soares de Sousa deixou registado que o tupinambá quando matava um contrário mudava de nome e festejava com os vizinhos, através de banquetes, o seu acto vitorioso. Além disso, para que a sua honra perdurasse, deixava crescer o cabelo, tingia o corpo e fazia incisões nele (Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil*, [1587], pp.323-324).

Quanto às manifestações de piedade por parte dos índios, elas não eram muito notórias aos olhos dos europeus, já que os vencidos vivos eram levados cativos e sacrificados em ritual vicinal (Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil*, [1587], pp.321-322). De qualquer modo, os tupinambás eram mais “polidos” ou civis que os tupinaés, por exemplo, tendo-os vencido na região da Baía de Todos os Santos. Por sua vez, os tupinaés haviam desalojado tempos antes, no mesmo território, os tapuias, obrigando-os a refugiarem-se no sertão.

11. Por estas referências factuais e tendo em conta a interpretação de Clausewitz que o fim da guerra é político, afigura-se estarmos já perante manifestações de guerra e não perante “guerras de nada”, sem começo nem fim, como é próprio dos “povos sem Estado”. Mas que “Estado”?

Esclareça-se que, por Estado, entendemos a formação de uma autoridade (de um comando) que assegura a posse permanente e exclusiva de um território e a quem os respectivos habitantes obedecem, independentemente da forma dessa autoridade. Esta concepção é mais lata do que aquela que identifica o Estado como formação que dispõe de um aparelho administrativo para exercer certas funções. A concepção mais lata adequa-se à dominância de grupos menos unidos pelo parentesco e mais por interesses corporativos. Tais interesses têm preferencialmente a ver com a sobrevivência e com a defesa, pelo que a entrada em cena do Estado pressupõe a constituição de um corpo de guerreiros mais ou menos especializado.

Focalizando, na Europa, o processo diacrónico da militarização depreende-se que, a partir do século XVII, se procedeu a uma desmilitarização geral. Depois, a partir da Revolução Francesa, verificou-se uma remilitarização, decidida e controlada a partir de “cima”. Antes do século XVII, é verdade que houve limitações à prática da guerra, mas mais suscitadas por factores abióticos, por dificuldades logísticas ou por

falta de recursos económico-financeiros, do que por decisão dos homens. Contudo, em finais do século XV, assistiu-se à formação de Impérios Ultramarinos, o que coincidiu, na Europa, com o desenvolvimento de uma economia mercantil de longuíssima área de influência (por tal, designada “economia mundo europeia”). No âmbito da guerra, tal imploração económico-financeira viabilizou profundas transformações criadoras e inovadoras, particularmente nos domínios da náutica e das armas de fogo, conforme ficou sumariamente referido. Tais transformações ocorreram, porém, mais no campo de um saber prático ou tecnológico do que na área científica. É que se é verdade que, por exemplo, Roger Bacon discorreu teoricamente sobre o aperfeiçoamento da pólvora ou que Galileu desenvolveu a teoria parabólica, contudo o fenómeno da explosão ficou até ao século XIX incipientemente explicado. Valeu aos Estados Modernos, com dinheiro, as encomendas feitas a estaleiros, arsenais e oficinas de produção de embarcações e canhões para dominarem outros “mundos” e outros povos. Por outras palavras, a inovação deveu-se (insistimos) mais a saberes provenientes da observação e da experiência dos efeitos, do que ao estudo das causas físicas e químicas. Só depois da segunda metade do século XIX é que se verificou o início da produção em massa do armamento, a que não foram alheios naturalmente o maior desenvolvimento do capitalismo e a evolução da ciência. Porém, os saberes tecnológicos da Idade Moderna (e que, obviamente, enraízam na Idade Média) foram decisivos.

Concluiremos, lembrando que Clausewitz considerava a guerra como um fenómeno político. Mas, se este teórico tivesse observado melhor, também teria visto e estudado a guerra como uma prática ou actividade cultural e civilizacional, o que significa que, teria inferido que, desde cedo, se foi formando a ideia, mesmo nas sociedades ditas selvagens, que a guerra se deve pautar por normas de comportamento e de conduta. Decisivo foi, porém, converter esta opinião civilizada em opinião pública coerciva, o que é bastante recente.

PORTUGUESE AND INDIAN WARRIOR’S KNOWLEDGE IN THE FORMATION OF BRAZIL.

ABSTRACT: Weighted, in spite of the surprising set of invasions that were verified in the European war’s art during the passage of the Middle to the Modern age, in tune with the favorable economic evolution, it was not observed, however, a certain scientific outbreak. The knowledge, in this as in other domains, was kept even more practical than theoretical. The Portuguese discoverers e conquerors didn’t escape the purpose of a notorious submission to mother-nature as well, and for such, the warriors’ practices, in

many cases, as the ones that were used by the salvage sayings, in particular by the Natives of the actual Brazilian shore. However, the knowledge and the ethnic means of the Europeans (including the French competitors) took, obviously, advantage to the Natives. Ultimately, how ones and other did the war at the initial period of the formations of Brazil?

Keywords: Behavior; technologies; Knowledge

EL SABER GUERRERO DE INDIOS Y PORTUGUESES EN LA FORMACIÓN DE BRASIL

RESUMEN: Pese a la sorprendente variedad de innovaciones que se han producido en el arte de la guerra europeo en la transición de la Edad Media a la Moderna, en línea con el desarrollo económico favorable, no se asistió, sin embargo, a un brote científico. El conocimiento, en esa y en otras áreas, se ha mantenido mucho más práctico que teórico. Los exploradores y conquistadores portugueses tampoco escaparon al designio de una notable sumisión a la madre naturaleza y, por eso, a las prácticas guerreras, en muchos casos similares a las que fueron utilizadas por dicho salvajes, en particular por los indios de la actual costa brasileña. No obstante, el conocimiento y los medios técnicos de los europeos (incluidos los competidores franceses) llevaron, obviamente, ventaja bajo el de los indios. De todos modos, ¿cómo hacían unos y otros la guerra en los primeros tiempos de la formación de Brasil?

PALABRAS CLAVE: Comportamientos, tecnologías, conocimiento.

REFERÊNCIAS

Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidos de documentos que as elucidam, Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa e Imprensa Nacional, v. I.

Diário da Navegação de Pêro Lopes de Sousa, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, [1968], p. 96.

Fr. Vicente do Salvador, *Do modo de guerrear do gentio do Brasil*, pp. 93-94 *Monumenta Brasiliae*, vol. III, [1958], pp. 342-347.

SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil*, [1587], pp.320-321

Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia Livro excelle[n]te, antigamente composto nas mesmas partes da India Oriental sem nome de autor, & hora posto em orde[m] de sair a luz, com hum Elogio sobre elle, pello P. M. Fr. Antonio Freyre... - Em Lisboa : por Jorge Rodrigues, 1630. -

História da Colonização Portuguesa do Brasil, vol. III, pp. 74-76.

Requerimento (a pedir auxílio) do município da vila de S. Paulo, datado de 12 de Maio de 1564, in *Documentos dos Arquivos Portugueses Que Importam ao Brasil*, n.º 21, Setembro de 1947.

RODRIGUES Tçuzzu, João. S. J. *A História da Igreja de Japam* (1620-1633): transcrição do Códice 49-IV-53 (ff 1 a 181) da Biblioteca do Palácio da Ajuda, Lisboa: s/ed.